

ÍNDIOS NO BRASIL E A CONQUISTA DAS AMÉRICAS

Stephen G. Baines (*)

Nas planícies baixas da América do Sul, incluindo o território que é hoje o Brasil, os conquistadores europeus enfrentaram uma imensa diversidade de sociedades indígenas politicamente sem comandantes, que não reconheciam nenhuma autoridade além do líder da aldeia, ou grupo de aldeias mais próximas. No Estado inca andino, a captura e assassinato do rei Atahualpa, em 1532, pelos espanhóis liderados por Francisco Pizarro, seguida pela conquista de Cuzco à força e a execução do último herdeiro direto da dinastia incaica, Tupac Amaru I, contribuíram com a capitulação do império e da maior parte dos povos englobados por ele.

No México, a derrota do líder asteca Montezuma pelo espanhol Hernan Cortez, entre 1519 e 1521, teve consequências semelhantes. Entre as explicações para entender como tão poucos espanhóis conquistaram tão rapidamente estes impérios populosos está o fato deles terem sido constituídos de conglomerados de populações subjugadas, com divisões internas que contribuíram para sua instabilidade.

Nas primeiras décadas da conquista, as populações indígenas foram dizimadas. Levaram-se décadas até que pudessem se recuperar demograficamente. Estima-se que a população do México Central tenha diminuído de cerca de 25 milhões,

em 1519, a menos de um milhão em 1620. A população do Peru, que era de 14 milhões, chegou a menos de um milhão em um século de contato.

No território brasileiro, os colonizadores portugueses, franceses, holandeses, espanhóis, enfrentavam milhares de aldeias, ou agrupamentos de aldeias, que tiveram de ser conquistadas uma por uma. Como nos Estados incaico, azteca e maia, as sociedades indígenas do Brasil também sofreram a catástrofe assoladora das epidemias.

De uma população que era estimada em milhões em 1500 (os cálculos variam de 1 milhão a 8,5 milhões para o território brasileiro), chegaram a menos de 200 mil índios na metade do século XX. A recuperação populacional dos últimos anos permite dizer que os índios são cerca de 300 mil. Muitos grupos étnicos estão em pleno crescimento, mas isto significa apenas 0,2% da população nacional. Em contraste com os países andinos e o México, onde a população indígena é proporcionalmente muito maior, representando, em média, 47% dos habitantes.

Nos litorais leste e norte do Brasil, os europeus entraram em contato com sociedades indígenas do tronco lingüístico Tupi, que praticavam a horticultura, a coleta e a caça. Essas aldeias, espalhadas geograficamente mas unidas entre si por laços de pa-

rentesco, conviviam com os primeiros colonizadores europeus enquanto estes eram uma pequena minoria.

Os portugueses passaram a subordinar os índios a partir de 1533, quando adotaram o sistema de donatários. Com a substituição do escambo — troca de produtos — pela agricultura, os portugueses passaram a ver os índios como obstáculo à posse da terra e uma ameaça ao processo de colonização. A expropriação territorial, a escravidão e a desorganização histórica das sociedades indígenas conduziram à submissão e a extinção de muitos grupos. Os portugueses passaram a tratar os índios como sub-humanos. Portugueses, espanhóis, franceses e holandeses disputavam entre si a posse territorial do continente utilizando-se de índios "aliados", admitindo a "guerra justa" contra os "hostis". Muito diferente do mito hegemônico de que as sociedades indígenas do Brasil aceitaram passivamente a ocupação das suas terras. A história dos índios, silenciada ao longo dos séculos, revela lutas e resistências.

A prática de "guerras justas" por meio de "tropas de resgate" levou à destruição desenfreada de sociedades inteiras, escravizadas, deixando os sobreviventes, desorganizados social e politicamente, e deslocados. No Estado do Maranhão e Grão-Pará, instituído em 1621 pela Coroa portuguesa

como unidade administrativa separada do Brasil, e ligado diretamente a Lisboa, que englobava toda a Amazônia portuguesa, houve preferência por escravos indígenas dado o alto preço de escravos africanos. O conceito de "guerra justa" foi manipulado para facilitar a escravização de índios.

A implantação da agricultura inaugurou um período de escravização sistemática, o termo "resgate" foi aplicado para sustentar o método de obter escravos indígenas. A partir de meados do século XIX o interesse no índio como força de trabalho se deslocou para as terras indígenas. No século XX, o interesse ficou concentrado nos minérios encontrados no subsolo.

A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, depois substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967, revela que a política indigenista sempre foi atrelada ao Estado. Os anos 70 são marcados por novas agressões às terras indígenas, com a implantação de infra-estrutura para a construção de estradas na Amazônia. As hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, são outros exemplos de obras mais destacadas.

Nesta mesma década, o movimento indígena começa a ganhar força no Brasil, conquistando direitos originários e o fim da tutela na Constituição de 1988.

Nos Andes e no México as popula-

ções indígenas se organizaram internamente para enfrentar os Estados nacionais, no Brasil, só a partir de 1974 é que surgiram as iniciativas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para organizar assembléias e abrir espaço para os índios consolidarem seu próprio movimento.

Tentativas de se criar uma organização indígena nacional tiveram menos sucesso do que aquelas regionais e locais. A influência de organizações não-governamentais tem sido imprescindível nas últimas duas décadas, conduzindo lideranças de diversos grupos étnicos fragmentados por línguas e costumes muito diversos e histórias de contato muito diferentes, a romperem com o controle polícial imposto pelo governo sobre sua mobilidade. A Constituição, de 1988, ao reconhecer o direito dos índios de se representarem juridicamente levou à criação de dezenas de organizações indígenas e uma mobilização política sem precedentes.

■ Stephen G. Baines, é professor adjunto do Departamento de Antropologia, da UnB, e pesquisador do CNPq. É autor do livro *É a Funai que sabe: a frente de atração Waimiri-Atroari*, Belém (PA), 1991, e numerosos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Realiza atualmente um trabalho de pesquisa junto ao CNPq: *Etnologia Indígena Comparada: Brasil/Austrália/Canadá*.

157

Documentação

14/5/2000 Pg. 6

278